

O estudo de caso: aspectos pedagógicos e metodológicos¹

Elisabete Matallo Machesini de Pádua²
Paulo Moacir Godoy Pozzebon²

RESUMO

Refere-se ao estudo de caso sob dois aspectos, que se articulam: primeiro, no que concerne às relações ensino-aprendizagem, apontando suas possibilidades nas atividades acadêmicas interdisciplinares e nas relações teoria-prática; segundo, como recurso metodológico para coleta, análise e interpretação de dados no processo da pesquisa científica.

Unitermos: estudo de caso, relação teoria-prática, ensino, métodos.

INTRODUÇÃO

O estudo de caso tem sido largamente empregado como recurso para o desenvolvimento da pesquisa, tanto no campo das Ciências Humanas e Sociais, quanto no campo das Ciências Biológicas e da Saúde.

Já na década de quarenta, nos Estados Unidos, Allport, citado por NOGUEIRA⁹, arrolou os seguintes argumentos a seu favor:

"1. O conhecimento humano começa com o objeto concreto, caso ou indivíduo;

2. A formação sólida, em Psicologia, logicamente começa com o caso concreto antes de se lançar aos materiais abstratos;

3. Esse tratamento evita a tendência de extrema simplificação da motivação humana;

4. A causalidade, no que diz respeito à personalidade, nem sempre é predita pela frequência da ocorrência dos eventos em um grande número de casos, mas pode ser pessoal ou peculiar a um caso".

Nessa perspectiva, o estudo de caso seria o início, a partir de uma situação real, contextualizado, com as características e aspectos do "objeto" estudado. Casos clínicos famosos no campo da Medicina, da Psicanálise, no campo do Direito e da Sociologia contribuíram para difundir

o estudo de caso como recurso metodológico para a pesquisa. Na própria Terapia Ocupacional, o livro *Chance para uma esquizofrênica*, de Rui Chamone Jorge, constitui-se num bom exemplo⁷.

Recentemente, no âmbito da chamada pesquisa qualitativa, os estudos de caso têm-se revelado como um recurso promissor para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, tanto nos campos já citados como na Educação.

A introdução dos estudos de caso nas séries finais da Graduação, em estágios supervisionados ou monografias de conclusão de curso, tem se revelado também importante momento no processo ensino-aprendizagem, no sentido de valorizar a ação, a reflexão e a sistematização do conhecimento dos alunos; a partir de um caso contextualizado e das possibilidades de intervenção na realidade, pode-se estimular a criatividade, a curiosidade, a reflexão crítica, o conhecimento interdisciplinar, imprimindo um significado inovador ao ensino de graduação¹¹.

Neste artigo, após sua caracterização, pretendemos abordar o estudo de caso sob os seguintes aspectos que, evidentemente, se articulam:

- No que se refere ao ensino-aprendizagem, apontando suas possibilidades nas atividades acadêmicas interdisciplinares e nas relações teoria-prática;

- No processo de pesquisa, como recurso metodológico para coleta, análise e interpretação de dados, na perspectiva do ensino com pesquisa na Graduação.

(¹) Texto elaborado a partir de oficinas desenvolvidas pelo Departamento de Disciplinas Filosóficas Auxiliares do Instituto de Filosofia junto aos docentes do Curso de Terapia Ocupacional da PUCCAMP em novembro de 1995.

(²) Professores Adjuntos do Instituto de Filosofia da PUCCAMP.

CARACTERIZAÇÃO

O estudo de caso pode ser compreendido como o método de investigação que focaliza um único caso, procurando estudá-lo de maneira profunda e sistemática. Busca captar o objeto, selecionado por seu interesse particular, em sua totalidade e unidade, o que freqüentemente implica captar também a dinâmica de seu desenvolvimento.

Geralmente, é considerado uma forma de pesquisa qualitativa, dado que muitos casos são estudados em situação natural, com riqueza de dados descritivos, ausência de esquemas rígidos e focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada⁸. Entretanto, com freqüência vêem-se casos que demandam tratamento quantitativo, nas mais diferentes áreas, incluindo a área das ciências da Saúde.

LÜDKE & ANDRÉ⁸ apontam os princípios que freqüentemente regem os estudos de casos qualitativos: eles visam à descoberta, porque o conhecimento é construção contínua, e o pesquisador deverá permanecer atento a novos dados relevantes para a pesquisa; os estudos de caso buscam uma apreensão do objeto levando em conta o contexto em que se situa, para melhor apreendê-lo; utilizando várias fontes de informação, eles buscam retratar a realidade de maneira completa e profunda, revelando assim a multiplicidade de dimensões presentes no objeto (situação ou problema) focalizado como um todo, abrangendo até mesmo os pontos-de-vista conflitantes eventualmente presentes na situação estudada.

Assim, o caso estudado é tratado como objeto único a ser conhecido, mas seu interesse reside tanto em sua unicidade quanto no fato de seu estudo possuir certo caráter exploratório, permitindo lançar bases para investigações sistemáticas posteriores.

POSSIBILIDADES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Partindo-se do pressuposto que o estudo de caso visa desenvolver o “conhecimento em contexto”, suas possibilidades como elemento vitalizador e estimulante no processo ensino-aprendizagem na graduação são inúmeras. Como o estudo de um caso sempre revela a multiplicidade dos fatores presentes na sua formação, evidencia-se sua complexidade, bem como a exigência de se compreender as inter-relações entre seus componentes, oriundos de uma mesma área ou de diferentes áreas de conhecimento.

Nesta perspectiva, possibilita o desenvolvimento de atividades de ensino interdisciplinares. O conceito de interdisciplinaridade tem gerado muita polêmica nos meios acadêmicos. Cabem aqui algumas observações. Entendemos por “interdisciplinaridade” a integração entre duas ou mais

disciplinas, nos seus aspectos conceitual, epistemológico, metodológico, dos procedimentos, de organização e comunicação de idéias/resultados, que se realiza no plano do ensino e da pesquisa.

Neste sentido, para que atividades interdisciplinares possam ser desenvolvidas, é necessário que as disciplinas tenham construído uma base de conhecimento que permita uma transposição, uma troca, uma inter-relação entre os conceitos de diferentes áreas ou entre os de diferentes abordagens numa mesma área de conhecimento. Levando isto em consideração, é desejável (porém não condicional) que os estudos de caso sejam trabalhados nas séries finais da graduação.

Respondendo à pergunta “o que deve ser feito quando se trata de formar interdisciplinarmente os alunos?”, FOLLARI⁹ observa que: “*Não se pode entremesclar o que não se conhece. Portanto, só nos últimos anos das carreiras universitárias é possível manejar a interdisciplinaridade; os primeiros anos são unidisciplinares ou, apelando às ciências auxiliares, pluridisciplinares, mas jamais interdisciplinares. A pretensão de fazer o contrário não permite o manejo da própria disciplina e enfraquece a preparação científica*”

Assim, entendemos que a perspectiva interdisciplinar não se configura aqui como negação da disciplinar nem como “sopa metodológica” ou mistura de conteúdos e conceitos de diferentes disciplinas, mas como um outro momento no processo de produção do conhecimento; neste sentido os estudos de caso podem propiciar a elaboração do conhecimento a partir da experiência, do contexto e também a partir dos conhecimentos de base anteriormente adquiridos que, no entanto, guardam suas características, diferenças e especificidades.

Outro aspecto que merece ser pontuado é que, no âmbito das relações ensino-aprendizagem, convivemos hoje com diferentes paradigmas de ensino que, de modo amplo, podemos caracterizar em 1) ensino como reprodução do conhecimento e 2) ensino como produção do conhecimento.

Quando trabalhamos com estudos de caso no processo de ensino, conscientemente ou não, nossas ações pedagógicas se dão a partir dos pressupostos que orientam estas concepções e, conseqüentemente, o caso é enfocado de maneiras diferentes pelo professor, pelos alunos, pela equipe multidisciplinar, etc.

Figura 1 deve ser vista como uma tentativa de pensarmos os estudos de caso a partir dos pressupostos dos modelos acima referidos, e nos mostra como podemos entendê-los no contexto educacional, ao mesmo tempo em que pode nos oferecer pistas para possíveis mudanças na prática pedagógica.

	Ensino como reprodução do conhecimento	Ensino como produção do conhecimento
Compreensão do caso	Descrição das características do caso "livre" de contexto → cada especialidade se transforma em um "segmento fechado" → fragmentação do conhecimento.	Contextualização do caso pelos profissionais envolvidos: escolha conjunta das diferentes perspectivas que podem explicar o caso → busca o conhecimento de forma interdisciplinar
Relação teoria-prática	O caso é visto "em separado" a partir das especificidades de cada especialidade ou disciplina, como exemplo que deve comprovar ou se encaixar na teoria já dada → ponto de chegada ↓ acentua dicotomia teoria-prática.	O caso é visto "como um todo" sem deixar de lado suas especificidades; momento de se confrontar e/ou questionar o aparato teórico já conhecido → ponto de partida ↓ busca articulação teoria-prática
Ação da equipe multidisciplinar	Utilização de <i>regras</i> que determinam as ações (protocolos) ↓ ações isoladas de cada profissional (ou área) ↓ não há responsabilidade por atos praticados "em conjunto"	Competência para discernir quais ações podem dar conta da situação específica ↓ escolha conjunta de um plano de ação objetivo ↓ há maior responsabilidade de todos os envolvidos no processo.
Processo de avaliação dos alunos	Avaliação = desempenho = capacidade de seguir regras → ênfase na memorização de conteúdos ↓ reprodução do conhecimento	Avaliação = capacidade na tomada de decisões que levem à concretização dos objetivos → ênfase na criatividade e na inovação ↓ produção do conhecimento

Figura 1. Estudos de caso X paradigmas de ensino.

O caso, pela multiplicidade de fatores que o compõem e pelo fato de estar sendo *mediador* no processo ensino-aprendizagem, coloca questões de naturezas diferentes, que por sua vez exigem respostas de diferentes áreas do conhecimento; por estar exercendo esta função mediadora *em ação*, o caso passa a ser ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de convergência entre o *fazer* e o *pensar* da interdisciplinaridade. Como consequência, temos, simultaneamente, uma "explosão" de informações e uma "explosão" de dúvidas, de incertezas, que introduzem um novo tipo de relacionamento dos alunos com o contexto,

porque os estimulam à análise, desenvolve a capacidade de compor e recompor dados, informações, a ouvir argumentos de diferentes disciplinas, enfim, valorizar a ação interdisciplinar reflexiva e o pensamento divergente, possibilitando, na prática, a superação do modelo de ensino reprodutivista⁽³⁾.

(3) Sobre esta questão ver estudo comparativo de paradigmas de ensino elaborado por CUNHA, M.I. da. O futuro já é hoje: o desafio político-epistemológico do ensino superior na sociedade contemporânea. In: ENDIPE, 7., 1994, Goiânia. *Anais...* Goiânia: ENDIPE, 1994, p.382-394.

No entanto, cabe registrar que existem ainda dificuldades a serem superadas para que os estudos de caso venham a ocupar um espaço privilegiado no processo ensino-aprendizagem. Dentre elas, destacamos a questão das disciplinas e o quanto estão “maduras” para estabelecer relações de ensino e pesquisa entre si, como o estudo de caso requer. Como avaliar conjuntamente o desempenho do aluno no processo? As diferentes disciplinas podem e/ou devem manter seus próprios parâmetros de avaliação? São questões relevantes que surgem da prática pedagógica que merecem discussão entre os envolvidos “no caso”, em face das diferentes concepções de avaliação que permeiam esta prática.

A complexidade de um caso geralmente nos leva a estudá-lo em grupos de trabalho ou equipes multidisciplinares, quando podem surgir dificuldades teórico-práticas na com a trazê-la a debate e estar aberto para colocar-se em sintonia com outros saberes, mas não pode extinguir sua própria especificidade².

Um outro aspecto que deve ser considerado na temática do estudo de caso é a relação teoria-prática. Se admitirmos com FREIRE³ que “pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo”, o estudo de caso se apresenta como um espaço significativo no processo ensino-aprendizagem, onde pode se dar o resgate da articulação teoria-prática. O estudo de caso é um espaço de “provocação”, de desafio aos alunos e professores, uma vez que coloca de imediato a necessidade da ação; mas esta não é uma ação qualquer, mecânica, repetitiva, é uma ação que requer a explicitação do referencial teórico e dos objetivos a serem alcançados, ou seja, da finalidade da prática num determinado contexto da realidade.

Assim, o estudo de caso pode concorrer para a articulação teoria-prática na formação profissional, conferindo um outro sentido ao currículo que está sendo desenvolvido, que é o de aproximar a teoria da experiência concreta e orientar as possibilidades de intervenção/atuação/pesquisa na área específica.

ASPECTOS METODOLÓGICOS: A CARACTERIZAÇÃO DO CASO A SER ESTUDADO

Um caso, tomado como objeto de pesquisa, é uma unidade significativa de uma totalidade, isto é, trata-se de uma situação social, ou histórica, ou de um ser humano, ou de um evento coletivo dotado de relativa individualidade, que podem ser isolados para estudo.

A primeira característica do caso é, portanto, a individualidade, a possibilidade de separá-lo de uma totalidade social e reconhecer nele uma totalidade menor, subordinada, mas relativamente autônoma. Esta sua relativa

autonomia não deve deixar de ser referida à totalidade social que lhe confere sua real significação.

Convém, entretanto, não esquecer que a totalidade de qualquer objeto é uma construção intelectual operada pelo pesquisador segundo critérios mais adequados aos fins da pesquisa; não há limites intrínsecos que possam definir naturalmente as fronteiras de um processo ou objeto, mesmo que o objeto seja um indivíduo, mesmo que a pesquisa situe-se no campo biológico⁶.

Outro aspecto a frisar é que o estudo de um caso não pode visar captar todos os elementos que tornam único um objeto: “os elementos únicos de um objeto são precisamente aqueles eliminados pela abstração científica”. O que se pode buscar num estudo de caso é o delineamento de uma **unidade construída pelo pesquisador com as características mais relevantes do objeto** (grifo do autor). Segundo GOODE & HATT⁶, “... o método do caso não pode ser considerado capaz de captar o único, mas uma tentativa de manter juntas, como uma unidade, aquelas características importantes para o problema científico que está sendo investigado”.

Como participante de uma totalidade que o contextualiza, um caso pode nesta enquadrar-se como **típico, atípico ou extremo**, segundo suas semelhanças com os demais casos encontráveis na totalidade. O estudo de qualquer destas três possibilidades guarda valor heurístico, e esta classificação é particularmente interessante para pesquisas na área da Saúde. Evidentemente, o uso desta classificação supõe um conhecimento anterior da totalidade, ao menos de caráter exploratório.

Um caso **típico** é aquele que pode ser visto como representativo dos elementos que constituem uma totalidade abrangente. Seu interesse reside justamente nesta identidade com os demais objetos. Um caso **atípico** ou “**anormal**” constitui um desvio cujas causas ou conseqüências devem ser explicadas, seu interesse reside nesta especificidade; por contraste pode esclarecer características dos casos típicos. Casos **extremos**, assim classificados por se distanciarem significativamente dos casos típicos e mesmo dos atípicos, oferecem a possibilidade de conhecer os limites dentro dos quais as variáveis podem oscilar⁵.

AS ETAPAS DO ESTUDO DE CASO

Procurou-se delimitar, de maneira abrangente, as etapas que organizam logicamente a realização do estudo de caso; cabe assinalar que as peculiaridades do caso a ser estudado podem exigir outras formas de organização lógica.

Delimitação do caso

O caso a ser estudado deve ser bem delimitado, o pesquisador deve procurar ter claros os limites definidores

do caso; alguns estudos podem alcançar este objetivo apenas no desenvolvimento adiantado da pesquisa, outros estudos podem partir de casos nitidamente delimitados; cumpre entretanto, sempre verificar se o caso a ser estudado não é apenas parte de um caso mais amplo e talvez mais significativo. Exemplo: a obra de um artista evidentemente constitui um caso singular, mas pode ser mais interessante considerá-lo como parte de uma pequena vanguarda artística. Um caso clínico constitui uma unidade, mas pode ser mais interessante tomar o paciente como membro de uma família doente.

Para evitar dificuldades posteriores advindas de uma delimitação deficiente, GIL^{4,5} recomenda a classificação prévia do(s) caso(s) segundo os critérios da tipicidade, atipicidade e extremidade, acima mencionados. Este procedimento classificador visa tornar mais precisa e significativa a escolha ou delimitação do caso a ser estudado, mas pode requerer algum estudo exploratório prévio.

A coleta de dados

A etapa da coleta de dados é aquela em que através de diferentes técnicas se reúnem as informações necessárias ao estudo do caso escolhido. Se considerarmos que o conhecimento exaustivo de um objeto pode ser um processo infinito (o real não se esgota para o conhecimento), fica claro que o pesquisador deve operar algum tipo de seleção dos dados obtidos, isto é, deve escolher o tipo de enfoque que dará a seu estudo e os tipos de informações que lhe interessam. Estas escolhas, de um ponto de vista lógico, estariam demarcadas na etapa do planejamento da pesquisa, mas pode ocorrer que só sejam possíveis após contato prolongado com o caso estudado.

As técnicas de coleta de dados variam segundo a especificidade do caso e segundo o enfoque pelo qual é estudado. Em geral, o pesquisador precisa utilizar não apenas uma, mas um conjunto de técnicas. As principais são:

Diário de pesquisa: o pesquisador o utiliza para registrar quotidianamente os acontecimentos observados, como manifestações de comportamento, mudanças decorrentes de medicamentos ministrados, conversas, etc. Estas observações devem ser registradas tão logo aconteçam, em ordem rigorosamente cronológica, o que permitirá posterior classificação e análise, bem como as sempre necessárias retrospectivas. O diário de pesquisa é considerado instrumento básico para registro das observações e, portanto, técnica imprescindível à realização do estudo de caso.

História de vida: são documentos de caráter subjetivo elaborados pelo próprio pesquisado (em geral relatos fornecidos em entrevistas), onde este expressa livre

e espontaneamente, com suas próprias palavras, suas experiências passadas, ou suas aspirações presentes ou ainda seus planos para o futuro¹⁰. Valorizando relatos orais, a linguagem dos entrevistados, as vidas "ocultas" e os testemunhos vivos de acontecimentos familiares ou históricos, a história de vida pode tomar a forma (mais freqüente) de *autobiografia*, onde o entrevistado relata suas percepções pessoais e sentimentos que acompanharam os acontecimentos vividos em sua trajetória pessoal, ou ainda a forma de *psicobiografias*, onde o entrevistado oferece informação sobre fatos e significados vividos que forjaram seu comportamento e sua visão do mundo e da vida. Pode ainda tomar a forma de *biografia*, em que o pesquisador recorre a fontes documentais e relatos de testemunhas para retratar o biografado de maneira mais objetiva¹.

Documentos íntimos, diários pessoais, cartas, fotografias e outros objetos são fontes auxiliares na pesquisa das histórias de vida e podem mesmo ser apresentados e comentados pelos entrevistados.

A especificidade dos estudos na área da saúde costuma requerer que os estudos de caso sejam baseados também em registros relativamente minuciosos das avaliações do estado de saúde do paciente. Assim, são também fontes de dados o prontuário hospitalar do paciente, radiografias, formulários específicos de avaliação do paciente, resultados de exames psicológicos, entre outros. Neste sentido, a história de vida pode ser também "construída" pela equipe multidisciplinar que acompanha o caso.

Análise e interpretação dos dados

A terceira etapa do estudo de caso é o momento de reorganizar, analisar e interpretar as informações obtidas. É este o momento de elaborar as conclusões da pesquisa que mais tarde serão expostas num relatório ou outra forma de trabalho científico. Conseqüentemente, exige criatividade para ultrapassar o nível da simples compilação dos dados.

Um primeiro momento desta etapa é a revisão e classificação dos dados obtidos, visando aferir sua pertinência à pesquisa, sua relevância para a compreensão do caso e sua autenticidade. Em alguns estudos de caso pode ser conveniente apresentar versões provisórias do relatório, sínteses audiovisuais ou mesmo transcrições de relatos e entrevistas ao pesquisado para que este confirme a exatidão dos dados colhidos⁸.

Segue-se a reorganização dos dados, cujo ordenamento lógico, estabelecido pelo pesquisador, permitirá a detecção de lacunas e falhas na coleta de dados, que deverão ser solucionadas; permitirá também, e principalmente, a interpretação do caso.

Para a descrição dos resultados, o pesquisador deverá optar por uma reconstrução sincrônica ou diacrônica

do caso. A primeira toma o caso num determinado momento de sua evolução e o analisa "estaticamente", seja sob o ponto de vista das determinações internas do caso, constitutivas e transitórias, ou sob o ponto de vista das relações do caso com seu contexto. A segunda forma de reconstrução toma o caso em sua evolução ao longo do tempo, procurando analisar as transformações sofridas bem como as relações com os diferentes contextos em que se situou.

É indispensável o momento da interpretação: um estudo de caso não deve se limitar a uma descrição sistemática do caso. É necessário ainda perceber suas múltiplas dimensões, captar suas significações, explicar a peculiaridade ou tipicidade de seu desenvolvimento.

Um procedimento auxiliar bastante fecundo para esta etapa do trabalho é a análise de conteúdo. Esta é uma forma de tratamento e análise de comunicações (orais, visuais ou escritas) que estejam reduzidas a um texto ou documento, visando compreender criticamente seu sentido, seu conteúdo e suas significações, sejam explícitas ou implícitas, mediante investigação de seu conteúdo simbólico. Dependendo do tipo de documento disponível, pode-se proceder a análises de palavras, sentenças, parágrafos, ou mesmo do texto em bloco, tratadas mediante controle estatístico de palavras, análise lógica de frases ou expressões ou análises temáticas. Pode-se, ainda, buscar os sentidos de uma comunicação no momento da enunciação ou mesmo na compreensão das conotações que ela assume em diferentes meios sociais. Trata-se, portanto, de uma forma bastante versátil de investigação que permite adaptação às especificidades enfrentadas nos estudos de caso.

A elaboração do relatório

Um relatório final deverá apresentar os resultados da pesquisa de maneira clara, objetiva e logicamente organizada, procurando distinguir claramente o discurso do pesquisador das eventuais citações das falas do(s) pesquisado(s). É altamente desejável que o pesquisador apresente detalhadamente os dados que descrevem o caso, para que o leitor possa não apenas compreender as conclusões expostas, mas acompanhar o raciocínio do pesquisador e mesmo discordar de sua interpretação do caso estudado.

Os elementos mínimos de um relatório são:

1. descrição do caso e de sua contextualização,
2. interpretação do caso e
3. formulação de conclusões.

Um relatório pode ainda ser enriquecido com fotografias, exames clínicos, esquemas de desenvolvimento,

transcrição de algum depoimento muito importante, e outros elementos, em geral apresentados nos anexos.

A documentação das fontes pesquisadas e as citações bibliográficas devem se referenciar nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CONTROVÉRSIAS SOBRE A POSSIBILIDADE DE GENERALIZAÇÃO DOS RESULTADOS

O ponto mais controvertido dos estudos de caso é a possibilidade de generalização de suas conclusões. Podem-se identificar no debate várias soluções divergentes:

GOODE & HATT⁶ sugerem a possibilidade de generalização a partir de um conjunto relativamente numeroso de casos. Neste sentido, chamam a atenção para o fato de que a pesquisa científica opera com generalizações (categorias, conceitos, padrões); o estudo de um caso não deveria buscar toda a unicidade do objeto, pois esta escapa às categorias científicas, mas de certa forma reduzi-lo a estas generalizações.

LÜDKE E ANDRÉ⁸ entendem que a generalização tem pouca relevância, dado que neste tipo de pesquisa o caso é tratado como único, singular, no qual busca-se riqueza de dados. Entendem, porém, ser possível uma "generalização naturalística" em que o leitor do estudo de caso, lançando mão de seus conhecimentos formais, mas também de conhecimento tácito (impressões, sensações, intuições), perceberá aspectos semelhantes entre o caso estudado e outros casos e situações por ele vivenciados em contextos semelhantes, a partir do que poderá criar novas idéias, significados e compreensões.

CHIZZOTTI¹ aceita a possibilidade de comparações aproximativas, generalizações para situações similares ou mesmo inferências em relação ao contexto da situação analisada.

GIL^{4,5} enfatiza a impossibilidade de generalização dos resultados obtidos, operação desprovida de sustentação lógica, visto que o caso estudado pode ser atípico e induzir a conclusões errôneas. Admite entretanto, que os numerosos estudos de caso bem sucedidos validam a suposição de que a análise de um caso permite a compreensão geral dos casos do mesmo universo. Para contornar algumas dificuldades e expandir o valor do estudo, sugere o enquadramento do caso segundo as categorias já discutidas de típico, atípico e extremo.

O exame destas diferentes posições permite assinalar alguns pontos. A impossibilidade lógica da generalização é fato que deve estar claro ao pesquisador - o raciocínio indutivo não assegura a veracidade das conclusões. As conclusões de um estudo de caso são rigorosamente válidas

apenas para o caso estudado. No entanto, só se justifica o esforço e os recursos gastos numa pesquisa se do estudo de um caso se puderem extrair bases para pesquisas mais amplas e sistemáticas, sejam metodológicas, sejam conteudísticas. Neste sentido, o estudo de casos é extremamente valioso como estudo exploratório, pois seus resultados permitem recolocação do problema a estudar, revisão da metodologia, das hipóteses, etc.

Observa-se finalmente que, mesmo tomando um caso para estudo devido a suas características singulares, a intenção científica do pesquisador volta-se indiretamente para a compreensão da generalidade; por semelhança ou por contraste, o caso ajuda a elucidar o real amplamente considerado. De outra forma, o estudo de caso fugiria ao espírito científico.

SUMMARY

Case study: pedagogical and methodological aspects

This article characterizes the "case study" under two aspects related to each other. The first refers to the relations between teaching and learning, pointing out its possibilities in the academic activities and in the relations between theory and practice. The second one presents a methodology to collect, analyze and interpret data on the scientific research process.

keywords: case study, theory-praxis relations, teaching, methods.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1995. p.95-96.
2. FOLLARI, R.A. Algumas considerações práticas sobre interdisciplinaridade. In: JANTSCH, A. P., BIANCHETTI, L. (Org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro : Vozes, 1995. p.97-110, 138.
3. FREIRE, P. Considerações em torno do ato de estudar. In: _____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976. p.19-22.
4. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo : Atlas, 1988. 124p.
5. GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p.79-80, 95-96.
6. GOODE, W. J., HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. 7.ed. São Paulo : Nacional, 1979. p. 423-424.
7. JORGE, R.C. *Chance para uma esquizofrênica*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1981. 115p.
8. LÜDKE, M., ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo : EPU, 1986. p.18-23.
9. NOGUEIRA, O. *Pesquisa Social*. São Paulo : Nacional, 1977. 209p.
10. PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa: fundamentos teóricos e técnicos*. Campinas : Instituto de Filosofia PUCAMP, 1991. 66p. (Mimeografado)
11. _____. *O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica*. In: CARVALHO, M.C. M. de (Org.). *Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas*. 4.ed. rev. ampl. Campinas : Papirus, 1994. p.149-180.

Trabalho recebido para publicação em 23 de maio e aceito em 23 de julho de 1996.